

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Referente ao semestre findo em
30 de junho 2021 e Relatórios
dos Auditores Independentes



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.....	11



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas" e 3 - "Resumo das principais políticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	30.06.2021	31.12.2020
Circulante e Não Circulante		53.562.020	60.185.710
Disponibilidades		307.620	226.799
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	2.590.796	1.541.024
Aplicações no mercado aberto		1.859.999	948.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros		320.656	78.189
Aplicações em moedas estrangeiras		410.141	513.842
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	16.868.479	14.232.512
Carteira própria		8.638.066	5.656.728
Vinculados a compromissos de recompra		334.174	2.823.095
Vinculados à prestação de garantias		538.775	1.249.569
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.037.564	1.670.249
Instrumentos financeiros derivativos		5.319.900	2.832.871
Relações interfinanceiras		30.932	7.695
Pagamentos e recebimentos a liquidar		17.142	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		13.670	7.619
Correspondentes		120	76
Operações de crédito	(6)	7.844.518	9.272.960
Setor privado		8.354.788	9.804.761
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(510.270)	(531.801)
Outros créditos		25.740.757	34.710.540
Carteira de câmbio	(7.1)	19.934.175	28.793.444
Rendas a receber		53.297	66.557
Valores a receber relativos a transações de pagamento		1.837.127	1.820.001
Títulos e créditos a receber		1.619.305	1.964.666
Negociação e intermediação de valores		170.402	14.431
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	1.388.438	1.273.774
Diversos	(7.3)	889.074	1.025.262
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(151.061)	(247.595)
Outros valores e bens		178.918	194.180
Despesas antecipadas		178.918	194.180
Permanente		173.998	176.134
Investimentos		32.481	29.002
Participação em controlada no país	(8)	31.948	28.469
Outros investimentos		533	533
Imobilizado de uso		58.632	55.535
Outras imobilizações de uso		139.910	128.301
Depreciações acumuladas		(81.278)	(72.766)
Intangível	(9)	82.885	91.597
Ativos intangíveis		185.918	180.552
Amortização acumulada		(103.033)	(88.955)
TOTAL DO ATIVO		53.736.018	60.361.844

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2021	31.12.2020
Circulante e Não Circulante		49.245.740	55.742.765
Depósitos	(10)	11.151.833	10.141.512
Depósitos à vista		1.329.035	898.787
Depósitos interfinanceiros		169.867	490.441
Depósitos a prazo		9.391.198	8.454.584
Depósitos em moeda estrangeira		261.733	297.700
Captações no mercado aberto		1.618.343	2.302.444
Carteira própria		-	1.552.745
Carteira de terceiros		1.618.326	749.699
Carteira de livre movimentação		17	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	2.882.928	3.138.137
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.827.560	1.245.260
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		13.306	496.569
Certificados de operações estruturadas		1.042.062	1.396.308
Relações interfinanceiras		354.715	349.025
Recebimentos e pagamentos a liquidar		354.715	349.025
Relações interdependências		254.970	126.430
Recursos em trânsito de terceiros		254.970	126.430
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	7.411.822	9.722.127
Empréstimos no exterior		7.078.496	6.743.453
Repasses do país		79.165	77.234
Repasses do exterior		254.161	2.901.440
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	5.129.416	3.728.969
Instrumentos financeiros derivativos		5.129.416	3.728.969
Outras obrigações		20.441.713	26.234.121
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.801	2.278
Carteira de câmbio	(7.1)	16.884.943	22.470.997
Sociais e estatutárias		8.228	102.417
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	229.861	455.264
Negociação e intermediação de valores		81.398	69.047
Provisão para passivo contingente	(13.3.1)	866.624	818.833
Provisão para garantias financeiras prestadas	(20.1)	58.943	63.295
Dívida subordinada	(13.2)	915.187	978.120
Obrigações por transações de pagamento		845.433	793.841
Diversas	(13.3)	531.244	465.108
Resultado de exercícios futuros		14.051	14.921
Patrimônio líquido	(14)	4.490.278	4.619.079
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.279.955	1.276.870
Ajuste de avaliação patrimonial		(107.242)	31.975
Lucro acumulado		58.607	-
Participação de não controladores		1.504.352	1.555.628
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.736.018	60.361.844

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em reais mil)

	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Receitas da intermediação financeira		1.039.923	4.687.985
Operações de crédito		650.463	1.898.194
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		127.478	373.121
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		412.634	288.493
Resultado de operações de câmbio		(196.368)	1.650.181
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		45.716	477.996
Despesas da intermediação financeira		(426.347)	(3.645.663)
Operações de captação no mercado		(290.580)	(491.611)
Operações de empréstimos e repasses		101.881	(2.751.395)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(237.648)	(402.657)
Resultado bruto da intermediação financeira		613.576	1.042.322
Outras receitas (despesas) operacionais		(486.903)	(572.765)
Receitas de prestação de serviços		186.135	186.465
Rendas com tarifas bancárias		45.432	55.112
Despesas de pessoal		(191.202)	(187.021)
Resultado de participação em controlada	(8)	3.479	1.394
Outras despesas administrativas	(15)	(313.405)	(366.824)
Despesas tributárias	(16)	(67.781)	(101.485)
Resultado de outras provisões	(17)	(56.117)	(16.880)
Outras receitas operacionais	(18.1)	68.711	53.352
Outras despesas operacionais	(18.2)	(162.155)	(196.878)
Resultado operacional		126.673	469.557
Resultado não operacional		(1.567)	(2.103)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		125.106	467.454
Imposto de renda e contribuição social	(19)	25.891	(167.892)
Provisão para imposto de renda		(58.639)	(133.682)
Provisão para contribuição social		(47.611)	(96.533)
Ativo fiscal diferido		132.141	62.323
Participações no lucro		(122.881)	(64.778)
Lucro líquido dos semestres		28.116	234.784

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em reais mil)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lucro líquido	28.116	234.784
“Hedge” de fluxo de caixa:	92	1.372
Variação de valor justo	168	2.495
Efeito fiscal	(76)	(1.123)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	(140.367)	31.845
Variação de valor justo	(250.298)	52.762
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	4.129	(2.357)
Efeito fiscal	105.802	(18.560)
Outros resultados abrangentes dos semestres	(140.275)	33.217
Total do resultado abrangente	<u>(112.159)</u>	<u>268.001</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 8

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em reais mil)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Ajuste de Avaliação</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Participação de não Controladores</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
		<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>	<u>Patrimonial</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	1.546.572	4.378.183
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	30.204	-	1.641	31.845
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.372	-	-	1.372
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	177.486	57.298	234.784
Destinações:							
Reserva legal	-	8.874	-	-	(8.874)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	168.612	1.605.511	4.646.184
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	-	1.555.628	4.619.079
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(139.309)	-	(1.058)	(140.367)
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	92	-	-	92
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	61.692	(33.576)	28.116
Destinações:							
Reserva legal	-	3.085	-	-	(3.085)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(16.642)	(16.642)
Saldos em 30 de junho de 2021	1.754.606	191.909	1.088.046	(107.242)	58.607	1.504.352	4.490.278

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em reais mil)

	30.06.2021	30.06.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	304.210	737.668
Lucro líquido	28.116	234.784
Depreciações e amortizações	23.380	16.099
Resultado de participação em controlada	(3.479)	(1.394)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	3.530	(5.390)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	237.648	402.657
Provisão/(Reversão) para garantia e fianças prestadas	(4.352)	(50.576)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	43.569	7.031
Tributos diferidos	(132.141)	(62.323)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	87.691
Participações nos lucros e bônus	119.421	59.194
Provisão - outras	6.371	4.722
Provisão para perdas operacionais	12.125	51.312
Receita de prestação de serviços não recebidas	(7.210)	(5.358)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	3.136	3.240
Variação monetária	(1.216)	(8)
Lucro/(Prejuízo) na alienação de investimento e imobilizado de uso	311	(6)
Dividendos a pagar	(16.642)	-
Diversos	(8.357)	(4.007)
Variação de ativos e obrigações	853.726	(458.762)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(138.766)	(378.104)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(1.421.976)	(3.234.142)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(17.547)	(94.933)
(Aumento) Redução em relações interdependências	129.756	(20.849)
(Aumento) Redução em operações de crédito	1.211.833	2.137.412
(Aumento) Redução em outros créditos	8.995.810	(17.893.620)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	15.263	23.575
Aumento (Redução) em depósitos	1.010.320	1.782.964
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(684.101)	1.400.264
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(255.210)	(1.497.734)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(17.410)	(10.719)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.310.305)	5.096.916
Aumento (Redução) em outras obrigações	(5.663.071)	12.235.777
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(870)	(5.569)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.157.936	278.906
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	-	7.007
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(23.614)	(15.702)
(Aquisição) Alienação de intangível	5.538	263
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(18.076)	(8.432)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(85.100)	-
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	(62.933)	389.540
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(148.033)	389.540
Variação de caixa e equivalente de caixa	991.827	660.014
No início do período	1.175.792	2.211.693
No fim do período	2.167.619	2.871.707
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	991.827	660.014

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), o Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior e o BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Conglomerado pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. O Banco BNP Paribas Brasil é a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 13 de março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A.. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda. tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959 e estabelecendo que seus preceitos abrangessem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, inclusive.

A Resolução BCB nº 2 exigiu informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais, dentre as quais também foram consideradas nas Demonstrações deste Conglomerado Prudencial, das quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos

As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos segregados entre Circulante e não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas.



O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Inclusão das Notas Explicativas: “nº 18.3 Resultado não Recorrente” e “nº 21.5 Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade”, em atendimento a Resolução BCB nº 2.

c) Outras informações

O Conglomerado, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Conglomerado incluiu na nota “nº 22 - Gestão de Capital” dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção “hedge” ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- **“Hedge” de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “hedge”. Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **“Hedge” de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de “hedge” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota nº 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses é utilizado a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99 para determinação do nível de risco.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota nº 6.

g) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a título de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, ou o prazo do contrato, dos dois o menor sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. O saldo residual dessas comissões foi integralmente lançado ao resultado em dezembro de 2019.

A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.



l) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25) e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

O detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 13.3.1.

n) Provisão para Impostos e Contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil.

Com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos globais em virtude da pandemia de Covid-19, foi aprovado a Medida Provisória nº 1.034 em 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183 de 14.07.2021 aumentando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20% para 25%, ao qual retornará para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022. Os ativos e passivos tributários diferidos em 30 de junho de 2021 foram constituídos a 50% considerando o efeito da majoração da alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização até 31 de dezembro de 2021, e a 45% sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização a partir de 1º de janeiro de 2022.

A provisão para contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída às alíquotas de 2% e 5% aplicadas sobre as receitas de prestação de serviços.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

p) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas do conglomerado e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 18.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Disponibilidade	307.620	182.710
Aplicações no mercado aberto	1.859.999	2.688.997
Total	2.167.619	2.871.707

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30.06.2021				31.12.2020	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Posição Bancada	225.570	-	-	-	225.570	196.162
Posição Financiada	1.634.429	-	-	-	1.634.429	752.831
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.156	908	225.100	60.492	320.656	78.189
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	62.093	348.048	410.141	513.842
Total	1.894.155	908	287.193	408.540	2.590.796	1.541.024
Curto prazo					2.182.256	1.027.182
Longo prazo					408.540	513.842



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2021							31.12.2020	
	Ajuste a mercado			Valor de Mercado	Por Vencimento				Valor de Mercado
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido		0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.717	(212)	-	32.505	-	76	-	32.429	90.635
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.907.685	(18.547)	-	1.889.138	37.399	221.140	20.823	1.609.776	421.347
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.010.192	(3.123)	-	1.007.069	-	-	-	1.007.069	1.772.703
	2.950.594	(21.882)	-	2.928.712	37.399	221.216	20.823	2.649.274	2.284.685
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LFT	653	-	-	653	-	-	653	-	645
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)	2.590.924	(11.529)	(50.086)	2.529.309	50.000	-	630.214	1.849.095	4.047.830
Notas do Tesouro Nacional - NTN (*)	2.191.411	(6.897)	(99.455)	2.085.059	-	-	-	2.085.059	1.493.038
Debêntures	1.535.748	-	(4.675)	1.531.073	-	1.157.264	-	373.809	1.657.438
Nota Soberana (*)	2.291.921	(15.066)	(30.176)	2.246.679	-	303.625	978.453	964.601	1.669.745
Ações em Cia. Fechada	2.128	-	438	2.566	-	-	-	2.566	2.566
Cotas FILCB	35.430	-	-	35.430	-	-	-	35.430	34.996
Nota Promissória	101.762	-	(353)	101.409	-	-	101.409	-	119.852
Certificado de Depósito Bancário - CDB	87.640	-	49	87.689	-	87.675	14	-	88.845
	8.837.617	(33.492)	(184.258)	8.619.867	50.000	1.548.564	1.710.743	5.310.560	9.114.955
Subtotal do ativo	11.788.211	(55.374)	(184.258)	11.548.579	87.399	1.769.780	1.731.566	7.959.834	11.399.640
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	167.822	(95.339)	-	72.483	16.712	14.307	27.704	13.760	134.090
Operações a termo	3.819.844	(104.175)	-	3.715.669	2.422.816	770.083	380.900	141.870	1.361.521
Operações de "swap"	793.687	738.061	-	1.531.748	11.115	58.257	147.671	1.314.705	1.337.260
	4.781.353	538.547	-	5.319.900	2.450.643	842.647	556.275	1.470.335	2.832.871
TOTAL DO ATIVO	16.569.564	483.173	(184.258)	16.868.479	2.538.042	2.612.427	2.287.841	9.430.169	14.232.511
Curto prazo				10.087.584					7.150.884
Longo prazo				6.780.895					7.081.627
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	586.503	(157.649)	-	428.854	30.994	96.084	110.815	190.961	417.525
Operações a termo	3.343.792	(217.443)	-	3.126.349	2.383.847	353.614	193.328	195.560	1.078.611
Operações de "swap"	1.146.593	427.620	-	1.574.213	76.191	4.190	163.428	1.330.404	2.232.833
	5.076.888	52.528	-	5.129.416	2.491.032	453.888	467.571	1.716.925	3.728.969
Curto prazo				3.412.491					1.797.954
Longo prazo				1.716.925					1.931.015

(*) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)							
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBovespa		Valor nominal 30.06.2021	Valor nominal 31.12.2020
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Valor nominal por contraparte	8.395	10.065.607	412.944	423	2.028.500	12.515.869	8.607.209	
Operações com opções								
Comprada	-	4.032.279	69.709	-	1.266.750	5.368.738	3.177.988	
Vendida	8.395	6.033.328	343.235	423	761.750	7.147.131	5.429.221	
Operações com "swap"		13.214.062	21.377.853	4.514.756	2.048.282	41.154.953	26.906.208	
"Swap"	-	13.214.062	21.377.853	4.514.756	2.048.282	41.154.953	26.906.208	
Operações com futuros					68.011.619	68.011.619	39.048.084	
Comprada	-	-	-	-	37.227.698	37.227.698	23.691.732	
Vendida	-	-	-	-	30.783.921	30.783.921	15.356.352	
Operações a termo		32.686.587	31.349	46.508		32.764.444	33.444.197	
Comprada	-	14.559.302	31.349	46.508	-	14.637.159	15.315.168	
Vendida	-	18.127.285	-	-	-	18.127.285	18.129.029	
Total						154.446.885	108.005.698	

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2021	31.12.2020
Operações com opções	72.483	428.854	12.515.869	8.607.209
Compra de opção de:	72.483	-	5.368.738	3.177.988
Compra de Dólar	56.858	-	4.769.216	3.150.107
Venda de Dólar	15.625	-	599.522	27.881
Venda de opção de:	-	428.854	7.147.131	5.429.221
Compra de Dólar	-	8.812	2.794.530	1.851.206
Compra de Ações	-	240.228	349.685	433.498
Venda de Ações	-	535	2.517	2.154
Venda de Dólar	-	179.279	4.000.399	3.142.363



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			30.06.2021	31.12.2020
Operações com "swap"	1.531.748	1.574.213	41.154.953	26.906.208
Ações x DI	71.189	147.946	1.521.104	1.937.508
Ações x PRÉ	299.436	-	2.687.056	2.002.051
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	309.824	-	4.064.588	4.378.614
Cupom de Dólar x LIBOR	223	346.323	4.292.799	4.344.829
Cupom de Dólar x PRÉ	49.891	-	100.000	200.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	719.285	567.866
DI x Ações	33.182	965	311.348	323.961
DI x Cupom de Dólar	456.715	451.466	6.981.473	6.278.254
DI x Cupom de Euro	10.516	-	175.075	251.906
DI x Índice de Preço	-	255.181	690.024	880.024
DI x PRÉ	19.699	40.535	14.265.097	267.663
Índice de Preço x DI	124.690	32.302	1.247.101	1.135.890
PRÉ x Ações	-	299.436	2.687.056	2.002.051
PRÉ x Cupom de Dólar	156.383	-	1.156.240	1.200.240
PRÉ x Cupom de Euro	-	59	140.050	1.135.351
PRÉ x DI	-	-	116.657	-
Operações com futuros	-	-	68.011.619	39.048.084
Operações com futuros - Comprada	-	-	37.227.698	23.691.732
Cupom Cambial - DDI	-	-	13.289.650	10.723.750
DI	-	-	16.284.329	6.296.710
Taxas	-	-	282.914	-
Moedas	-	-	7.370.805	6.671.272
Operações com futuros - Vendida	-	-	30.783.921	15.356.352
Cupom Cambial - DDI	-	-	852.792	1.817.395
DI	-	-	21.288.631	12.797.102
Taxas	-	-	137.803	-
Moedas	-	-	8.504.695	741.855
Operações a termo	3.715.669	3.126.349	32.764.444	33.444.197
Operações a termo - Comprada	1.350.117	1.994.454	14.637.159	15.315.168
Moeda	200.620	844.238	14.637.159	15.315.168
Títulos Públicos	1.149.497	1.150.216	-	-
Operações a termo - Vendida	2.365.552	1.131.895	18.127.285	18.129.029
Moeda	1.287.934	54.774	18.127.285	18.129.029
Títulos Públicos	1.077.618	1.077.121	-	-
Total	5.319.900	5.129.416	154.446.885	108.005.698
Curto prazo	3.849.565	3.412.491		
Longo prazo	1.470.335	1.716.925		

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$538.758 (R\$1.249.568 em 12.2020).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DI Futuro	02.01.2023	315.741	Títulos - NTN	pré-fixadas	421.685	414.788	(12.732)
DDI Futuro	02.01.2026	914.367	Instr. Dívida Res. nº 4.192	Dólar	870.972	914.752	16.807
DI Futuro	01.10.2025	216.209	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	222.425	216.212	7.424
DI Futuro	02.01.2025	1.305.778	Títulos - LTN	pré-fixadas	1.218.252	1.206.723	(49.159)
DI Futuro	03.10.2022	1.856.268	Nota Soberana	pré-fixadas	1.871.335	1.856.268	(15.066)

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2021, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2021 o Banco não possuía operações de "hedge" de fluxo de caixa.



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	30.06.2021						31.12.2020	
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber (*)	Transações de pagamento a receber	Total	Total
AA	2.059.842	259.431	36.956	1.486.674	1.566.074	-	5.408.977	8.412.771
A	4.752.068	467.505	44.101	1.433.467	15.305	1.801.020	8.513.466	9.490.266
B	57.113	4.145	39.711	24.721	32.982	14.434	173.106	692.205
C	93.592	1.234	-	-	4.944	7.057	106.827	120.421
D	39.069	883	-	411.971	-	4.957	456.880	413.185
E	16.772	1.984	-	-	-	433	19.189	21.803
F	48.342	969	-	-	-	290	49.601	47.105
G	46.287	621	-	-	-	229	47.137	29.870
H	375.245	8.918	-	-	-	8.709	392.872	505.641
Total 30.06.2021	7.488.330	745.690	120.768	3.356.833	1.619.305	1.837.129	15.168.055	19.733.267
PDD	494.249	14.810	1.211	127.020	4.930	19.111	661.331	779.396
Curto prazo - empréstimos							11.331.050	15.143.212
Longo prazo - empréstimos							3.837.005	4.590.055
Curto prazo - PDD							421.220	564.205
Longo prazo - PDD							240.111	215.191

(*) No semestre foi cedido o montante de R\$637.413 (R\$4.437.647 em 12.2020) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Setor privado:				
Pessoa Física	7.296.205	48,10	7.893.400	40,00
Serviços	4.910.990	32,38	4.953.912	25,10
Indústria	2.341.755	15,44	2.983.718	15,12
Comércio	596.141	3,93	1.252.366	6,35
	15.145.091	99,85	17.083.396	86,57
Setor público:				
Governo Federal	22.964	0,15	2.649.871	13,43
	22.964	0,15	2.649.871	13,43
Total	15.168.055	100,00	19.733.267	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
A vencer:				
Até 180 dias	7.672.941	50,59	11.457.852	58,06
De 181 a 360 dias	3.445.057	22,71	3.394.273	17,20
Acima de 361 dias	3.837.004	25,30	4.590.055	23,26
Vencidos:				
Até 14 dias	68.940	0,45	11.850	0,06
De 15 a 60 dias	35.655	0,23	36.602	0,19
Vencidas há mais de 60 dias	108.458	0,72	242.635	1,23
Total	15.168.055	100,00	19.733.267	100,00



6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Saldo inicial do semestre	779.396	628.828
Constituição da provisão	318.433	448.701
Reversão da provisão	(80.785)	(46.044)
Baixa da provisão	(355.713)	(281.447)
Saldo final do semestre	661.331	750.038
Provisão específica	549.605	588.946
Provisão prudencial	111.726	161.092

No primeiro semestre de 2021 houve recuperação referente a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$13.076 (R\$33.004 em 12.2020) e contratos renegociados no valor de R\$2.606.934 (R\$5.939.219 em 12.2020). Os saldos de créditos baixados e controlados em conta de compensação montam R\$1.912.858 (R\$1.686.924 em 12.2020).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

Abaixo segue a composição da carteira de câmbio em 30 de junho de 2021.

<u>ATIVO</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Câmbio comprado a liquidar	11.946.723	16.499.049
Direitos sobre venda de câmbio	7.958.974	12.167.748
Adiantamentos em moeda nacional	-	(1.560)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1) 28.478	128.207
Total	19.934.175	28.793.444
Curto prazo	18.231.181	27.831.089
Longo prazo	1.702.994	962.355
<u>PASSIVO</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Câmbio vendido a liquidar	7.749.692	12.324.563
Obrigações por compra de câmbio	12.463.606	16.162.066
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1) (3.328.355)	(6.015.632)
Total	16.884.943	22.470.997
Curto prazo	15.167.327	21.505.453
Longo prazo	1.717.616	965.544

7.2 Ativos fiscais correntes e diferidos

Em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>			<u>Exercício 2020</u>				
	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 30.06.2021</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>
Imposto de renda								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	200.470	100.193	(90.378)	210.285	159.386	155.029	(113.945)	200.470
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	42	-	(42)	-	2.235	42	(2.235)	42
Provisão títulos disponíveis para venda	-	38.533	-	38.533	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	132.653	2.601	-	135.254	132.776	4.157	(4.280)	132.653
Provisão para outros passivos contingentes	63.830	9.204	(171)	72.863	67.379	2.872	(6.421)	63.830
Provisão de avais e fianças	15.823	2.878	(3.965)	14.736	30.144	5.291	(19.612)	15.823
Provisão para outros passivos	50.551	70.736	(39.174)	82.113	47.166	39.170	(35.785)	50.551
Provisões diversas	45.197	4.540	(11.097)	38.640	44.377	9.689	(8.869)	45.197
Amortização Ágio	1.373	254	-	1.627	4.869	-	(3.496)	1.373
Prejuízo fiscal	6.553	4.723	(189)	11.087	7.430	-	(877)	6.553
	516.492	233.662	(145.016)	605.138	495.762	216.250	(195.520)	516.492



Descrição	30.06.2021				Exercício 2020			
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020
Contribuição social								
<i>Diferenças temporárias:</i>								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	160.377	100.955	(72.302)	189.030	127.509	124.024	(91.156)	160.377
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	34	-	(34)	-	1.788	34	(1.788)	34
Provisão títulos disponíveis para venda	-	38.533	-	38.533	-	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	106.121	2.081	-	108.202	106.219	3.326	(3.424)	106.121
Provisão para outros passivos contingentes	51.070	7.363	(140)	58.293	53.909	2.298	(5.137)	51.070
Provisão de avais e fianças	12.658	3.002	(3.172)	12.488	24.115	4.233	(15.690)	12.658
Provisão para outros passivos	40.428	58.312	(31.342)	67.398	36.670	31.338	(27.580)	40.428
Provisões diversas	36.141	6.281	(8.866)	33.556	35.485	7.751	(7.095)	36.141
Amortização Ágio	1.110	190	-	1.300	3.222	-	(2.112)	1.110
Base negativa	2.061	3.777	(68)	5.770	3.088	-	(1.027)	2.061
	410.000	220.494	(115.924)	514.570	392.005	173.004	(155.009)	410.000
Impostos e contribuições a compensar								
IRPJ e CSLL - antecipação	136.882	33.733	(136.883)	33.732	28.666	136.882	(28.666)	136.882
Demais impostos a compensar	210.400	24.598	-	234.998	235.986	-	(25.586)	210.400
	347.282	58.331	(136.883)	268.730	264.652	136.882	(54.252)	347.282
Total	1.273.774	512.487	(397.823)	1.388.438	1.152.419	526.136	(404.781)	1.273.774

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é:

Projeção	2021	2022	2023	2024	2025	de 2026 até 2030	Total
Créditos tributários	372.758	206.028	144.976	31.080	253.353	111.513	1.119.708
Total 31.12.2020							926.492

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2021, é estimado em R\$865.924 (R\$760.590 em 12.2020) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.720 e a Resolução BCB nº 2, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	30.06.2021	31.12.2020
Adiantamento de comissão	6.423	8.667
Valores a receber de sociedades ligadas	3.362	619
Antecipação de portabilidade	13.900	38.614
Pagamentos a ressarcir	29.981	2.688
Devedores diversos - Exterior	8.687	162.757
Devedores diversos - País	94.990	91.014
Adiantamentos diversos	8.460	6.742
Devedores por depósitos em garantia	723.271	714.161
Total	889.074	1.025.262
Curto prazo	226.225	370.595
Longo prazo	662.849	654.667



8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país em 30 de junho de 2021.

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	30.06.2021	31.12.2020
Informações relevantes sobre o investimento:		
Patrimônio Líquido	42.456	37.543
Resultado do período	4.913	(683)
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.654	(508)
Participação Societária	31.579	27.924
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.		
Participação Societária	544	1.313
Resultado da participação em controlada	(175)	(768)
	369	545
Valor contábil do investimento	31.948	28.469

Em 2020 foi realizado aporte de capital na companhia CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. no valor total de R\$639.

9. INTANGÍVEL

Apresentamos abaixo a composição do intangível em 30 de junho de 2021.

	30.06.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Valor Contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance	35.577	(10.501)	25.076	26.017
Outros ativos intangíveis	150.341	(92.532)	57.809	65.580
Total	185.918	(103.033)	82.885	91.597

10. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 30 de junho de 2021:

Descrição	Em quantidade de dias					Total 30.06.2021	Total 31.12.2020
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	1.329.035	-	-	-	-	1.329.035	898.787
Depósito interfinanceiro	-	-	-	169.177	690	169.867	490.441
Depósito a prazo	-	824.527	3.452.993	2.819.918	2.293.760	9.391.198	8.454.584
Depósito em moeda estrangeira	261.733	-	-	-	-	261.733	297.700
Total	1.590.768	824.527	3.452.993	2.989.095	2.294.450	11.151.833	10.141.512
Curto prazo						8.857.383	8.221.498
Longo prazo						2.294.450	1.920.014

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento existente em 30 de junho de 2021:

Descrição	Em quantidade de dias				Total 30.06.2021	Total 31.12.2020
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Letras Financeiras	89.220	7.145	299.454	1.431.741	1.827.560	1.245.260
Letras de Créditos de Agronegócio	2.753	429	10.124	-	13.306	496.569
Certificado de Operações Estruturadas	70.932	147.491	56.841	766.798	1.042.062	1.396.308
Total	162.905	155.065	366.419	2.198.539	2.882.928	3.138.137
Curto prazo					684.389	1.848.672
Longo prazo					2.198.539	1.289.465

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses em 30 de junho de 2021:

Descrição	30.06.2021			31.12.2020
	Vencíveis até	Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,04% a 2,02% a.a.	6.777.676	6.442.565
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	8,20% a.a.	300.820	300.888
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a.a.	1.099	1.069
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	23.06.2023	2,25% a 4,00% a.a.	78.066	76.165
Repasses no Exterior	15.12.2021	2,96% a 3,31% a.a.	254.161	2.901.440
Total			7.411.822	9.722.127
Curto prazo			6.975.519	8.923.147
Longo prazo			436.303	798.980



13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	106.250	286.455
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	123.611	168.809
Total	229.861	455.264
Curto prazo	224.188	449.664
Longo prazo	5.673	5.600

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, bem como sobre atualização de depósitos judiciais no montante de R\$123.611 (R\$162.639 em 12.2020), tendo como contrapartida R\$29.282 no patrimônio líquido (R\$64 em 12.2020) e no resultado R\$15.915 (R\$87.828 em 12.2020).

13.2 Dívida Subordinada

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	915.187	978.120
Total	915.187	978.120
Curto prazo	21.135	34.196
Longo prazo	894.052	943.924

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$411.978 (R\$451.058 em 12.2020), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2021 com juros de 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2026. Em julho de 2020 houve uma nova captação representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$100 milhões equivalente a R\$503.209 (R\$527.062 em 12.2020), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2021 com juros de 4,10% a.a. vencíveis até janeiro de 2031. O Banco Central do Brasil aprovou em 26 de janeiro de 2021 que essa dívida de US\$100 milhões passe a compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil. A aprovação foi com efeito retroativo à data da emissão. O Banco manteve capital em nível superior aos requerimentos prudenciais desde julho de 2020, portanto a dívida foi adicionada ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) a partir de 26 janeiro de 2021 (vide nota nº 22).

13.3 Diversas

Apresentamos abaixo a composição de credores diversos.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Valores a pagar à sociedade ligada	19.796	33.390
Provisão de despesas de pessoal	219.323	187.034
Valores a serem liberados aos conveniados	109.707	91.653
Provisão para despesas administrativas	104.658	93.150
Impostos e contribuições a recolher	29.428	52.187
Outras	48.332	7.694
Total	531.244	465.108
Curto prazo	459.015	398.361
Longo prazo	72.229	66.747

13.3.1 Movimentação dos Passivos Contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais (*)</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 01.01.2021	554.440	170.186	94.207	818.833
Constituição	3.079	31.035	5.562	39.676
Reversão/pagamento	-	(1.622)	(2.409)	(4.031)
Atualização monetária	10.545	123	1.478	12.146
Saldo em 30.06.2021	568.064	199.722	98.838	866.624
Saldo em 31.12.2020	554.440	170.186	94.207	818.833

(*) Em 30 de junho de 2021 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$382.504 (R\$380.266 em 12.2020) e R\$61.910 (R\$61.542 em 12.2020), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$120.373 (R\$112.433 em 12.2020) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.



Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2021, os riscos considerados como perda possível referem-se a trabalhista de R\$16.390 (R\$11.390 em 12.2020) e fiscais de R\$844.148 (R\$843.111 em 12.2020). Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	236.432
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado

	<u>Total 30.06.2021</u>			<u>Total 31.12.2020</u>
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	2.985.926	1.504.352	4.490.278	4.619.079
Resultado do semestre/exercício	61.692	(33.576)	28.116	336.862

14.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo obrigatório</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A.	1%

Do lucro líquido apurado no final no semestre, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.

O Líder do Conglomerado auferiu lucro no semestre no montante de R\$61.692 (R\$177.486 em 06.2020) cuja a destinação foi de R\$3.085 a títulos de Reserva Legal (R\$8.874 em 06.2020) e R\$58.607 (R\$168.612 em 06.2020) em Lucros Acumulados cuja a destinação ocorrerá ao final do exercício.

A empresa com participação de não controlador auferiu prejuízo no semestre no montante de R\$33.576 sendo totalmente absorvido pela Reserva de Lucros (Lucro no montante de R\$57.298 em 06.2020).

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas administrativas.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	26.398	41.157
Despesa de processamento de dados	68.963	55.711
Despesa de serviço de terceiro	16.392	37.182
Despesa de aluguéis	8.287	8.029
Despesa de serviço técnico especializado	101.102	112.427
Outras	92.263	112.318
Total	313.405	366.824

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Apresentamos abaixo a composição das despesas tributárias.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Despesa de contribuição à COFINS	45.564	73.554
Despesa de contribuição ao ISS	6.621	9.470
Despesa de contribuição ao PIS	7.408	11.956
Outras	8.188	6.505
Total	67.781	101.485



17. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

Apresentamos abaixo a composição de outras provisões.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Resultado de provisão de fianças prestadas	4.352	50.576
Resultado da provisão de contingências	(47.820)	(16.144)
Provisão para outras despesas e perdas operacionais	(12.649)	(51.312)
Total	(56.117)	(16.880)

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

18.1 Outras receitas operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	10.380	13.350
Variação cambial	79	682
Receitas - multas por atraso	8.073	11.588
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	789	2.245
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	5.342	7.325
Recuperação de encargos e despesas	22.001	2.655
Ressarcimento de custos operacionais	16.759	10.640
Outras	5.288	4.867
Total	68.711	53.352

18.2 Outras despesas operacionais

Apresentamos abaixo a composição de outras despesas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	140	238
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas (*)	43.080	62.687
Descontos concedidos em renegociações	11.478	16.262
Convênios	19.314	21.592
Despesas operacionais com parceiros comerciais	14.412	13.056
Amortização de despesas antecipadas com parceiros - contratos	3.136	3.240
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	619	736
Ressarcimento de custos operacionais	19.591	28.140
Recompras não averbada	9.478	4.387
Perdão de Dívida	4	-
Tarifa para reestruturação de operação	2.042	-
Outras	38.517	46.078
Variação cambial	344	462
Total	162.155	196.878

(*) Referem-se substancialmente às baixas por utilização no encerramento de causas, de ordem cível e trabalhista, pagas por depósitos judiciais no valor de R\$25.852 (R\$33.304 em junho de 2020).

18.3 Resultado não Recorrente

Apresentamos a seguir a composição do resultado não recorrente.

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lucro líquido recorrente	(9.522)	(85.393)
Eventos não recorrentes	37.638	404.163
Receita de direitos creditórios (**)	17.860	409.455
Recuperação de encargos e despesas	20.197	-
Incentivo das Bandeiras	2.123	-
Estruturação de operação (cobrança de tarifa)	-	248
Perdão de dívida	(4)	-
Despesas de pandemia - Covid 19 (*)	(830)	(3.128)
Ressarcimento de erros operacionais	(452)	(135)
Despesas não operacionais	(1.256)	(2.277)
Lucro líquido contábil	28.116	318.770

(*) Refere-se basicamente a despesas de pessoal, doações e transportes.

(**) Receita de cessões de direitos creditórios da carteira de consignado.



19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e contribuição social são compostas conforme abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	125.106	467.454
(-) Participação dos empregados no lucro	(122.881)	(64.778)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.225	402.676
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (*)	(1.001)	(181.204)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal:		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	1.565	868
Notas Soberanas	13.679	2.523
Efeito da majoração de alíquota CSLL	14.084	13.094
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	(2.436)	(3.173)
Total	25.891	(167.892)

(*) Inclui o efeito da majoração da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.

	<u>Garantia Prestada</u>							<u>Total</u>
	<u>Fiança Bancária</u>	<u>"Performance bond"</u>	<u>Fiança de processos em juízo</u>	<u>"Advance payment bond"</u>	<u>Adiantamento de contrato</u>	<u>Pagamento de aluguel</u>	<u>"Bid bond"</u>	
<u>"Rating"</u>								
AA	1.774.859	2.411.554	2.235.180	-	313.567	102.353	107.734	6.945.247
A	690.962	217.344	27.338	5.647	89.023	1.529	-	1.031.843
B	802.319	631.704	168.052	-	-	-	200	1.602.275
C	23.675	2.098	5.471	-	-	-	-	31.244
F	-	-	409	-	-	-	-	409
Total 30.06.2021	3.291.815	3.262.700	2.436.450	5.647	402.590	103.882	107.934	9.611.018
PDD	27.040	20.266	9.633	42	1.432	262	268	58.943
Total 31.12.2020	3.677.366	3.692.460	2.655.837	166.357	408.380	90.508	14.484	10.705.392
PDD	28.785	19.349	11.446	408	2.733	228	346	63.295

20.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$132.287.075 (R\$113.498.984 em 12.2020).

20.3 Operações vinculadas

Em 30 de junho de 2021 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2021</u>		<u>Receita (Despesa)</u>	<u>31.12.2020</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		
Operação de crédito - Empréstimo	250.000	-	3.985	2.806.500
Empréstimos no exterior	-	250.000	(3.985)	2.848.350
Operação de crédito - Consignado	-	-	-	5.735
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	5.735

Página 25



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

20.4 Transações com partes relacionadas

20.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no período representa benefícios de curto prazo de R\$17.471 (R\$18.345 em 06.2020), benefícios de longo prazo de R\$1.126 (R\$1.494 em 06.2020). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

20.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição	30.06.2021		31.12.2020	30.06.2020
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras	62.093	(14.214)	46	108.584
BNP Paribas - Paris	62.093	(13.530)	-	108.863
Grupo BNP Paribas	-	(684)	46	(279)
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	1.930.646	33.504	(3.558.699)	(2.740)
Grupo BNP Paribas	1.930.646	33.504	(3.482.204)	(2.740)
Grupo Cetelem	-	-	(76.495)	-
Carteira de câmbio	(70.805)	(200.054)	59.946	851.653
BNP Paribas - Paris	(70.975)	(191.323)	50.543	819.620
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	-	(1)	1	(40)
Grupo Arval	7	32	3	(13)
Grupo BNP Paribas	1.244	(8.908)	9.395	32.162
Grupo CARDIF	(1.081)	265	-	(95)
Grupo Cetelem	-	(119)	4	19
Depósitos a prazo	(264.217)	(3.484)	(138.869)	(1.828)
Grupo Arval	(212.999)	(2.006)	(83.681)	(874)
Grupo BNP Paribas	(871)	(10)	(865)	(15)
Grupo Cetelem	(50.347)	(1.468)	(54.323)	(939)
Depósitos a vista	(121.784)	-	(77.656)	-
BNP Paribas - Paris	(12)	-	(5)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(59)	-	(220)	-
Grupo Arval	(1.811)	-	(2.631)	-
Grupo BNP Paribas	(119.854)	-	(74.750)	-
Grupo CARDIF	(12)	-	(19)	-
Grupo Cetelem	(36)	-	(31)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)	225.593	48.815	(692.126)	(83.542)
BNP Paribas - Paris	-	-	(518.310)	-
Grupo BNP Paribas	225.593	48.815	(173.816)	(83.542)
Devedores/Credores diversos	6.943	5.899	156.341	17.044
BNP Paribas - Paris	2.976	158	152.620	(612)
Grupo Arval	107	333	107	441
Grupo BNP Paribas	3.860	4.385	3.614	3.933
Grupo CARDIF	-	1.023	-	13.652
Grupo Cetelem	-	-	-	(370)
Disponibilidade em moeda estrangeira	201.863	(304.366)	21.368	(710.186)
BNP Paribas - Paris	31.455	(18.795)	5.973	(34.039)
Grupo BNP Paribas	170.408	(285.571)	15.395	(676.147)
Dividendos a Pagar	-	-	85.099	-
BNP Paribas - Paris	-	-	85.099	-
Investimento em controlada no País	31.579	3.654	27.924	1.930
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	31.579	3.654	27.924	1.930



Descrição		30.06.2021		31.12.2020	30.06.2020
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Obrigações por empréstimos e repasses		(7.332.657)	(67.678)	(9.644.893)	(2.283.537)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(7.142.433)	(43.828)	(6.993.629)	(1.417.849)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(190.224)	(23.850)	(2.651.264)	(865.688)
Operações de Crédito		57.854	1.454	57.320	781
Grupo Arval	Parte Relacionada	45.384	1.454	42.120	781
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	12.470	-	15.200	-
Ordem de Pagamento em moeda estrangeira		(1.693)	(95)	(949)	(91)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	-	(147)	2
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.691)	(75)	(339)	(80)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	(1)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	(20)	(462)	(13)
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(915.187)	(26.718)	(978.120)	(453.298)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(915.187)	(26.718)	(978.120)	(146.772)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	-	(306.526)
Resultado de Corretagem		-	4.876	-	72.517
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	4.876	-	72.517
Valores a Receber/(a Pagar) de sociedade ligada		(16.432)	(6.796)	(30.595)	(39.458)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.586)	-	(2.857)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	-	-	(224)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(966)	12.790	(413)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(12.880)	(19.586)	(27.325)	(39.234)

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

21.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.2 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.3 Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).



21.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

21.5 Política de Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade

De acordo com a Resolução BACEN nº 2 de 2020 art. 35 I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a fair value hedge;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias

- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 8% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 25bps.
- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 200bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50bps.

Abaixo apresentamos os impactos dos cenários de estresse em 30 de junho de 2021.

<u>Cenário</u>	<u>Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)</u>	<u>Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)</u>
Choque positivo	38	112
Choque negativo	(340)	(147)

21.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).



CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	<u>4.249.663</u>	<u>4.518.961</u>
Capital Principal	4.249.663	4.518.961
Nível II	<u>814.003</u>	<u>426.336</u>
Total PR	5.063.666	4.945.297
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	28.795.318	30.107.890
De Mercado	5.096.311	4.492.120
Operacional	<u>4.891.457</u>	<u>4.974.127</u>
Ativos ponderados pelo risco	38.783.086	39.574.137
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.102.646	3.165.931
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.961.019	1.779.366
Índice da Basileia (PR/RWA)	13,1%	12,5%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,0%	11,4%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,0%	11,4%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

Conforme mencionado na nota 13.2, o Banco emitiu uma dívida subordinada de US\$100 milhões em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central para compor o nível II do Patrimônio de Referência (PR) ocorreu em 26 janeiro de 2021 com efeitos retroativos a sua emissão. Se o Banco tivesse considerado essa dívida no cálculo dos limites prudenciais em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio de Referência seria de R\$5.462.885 e o Índice de Basileia seria de 13,8%.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

23. OUTROS ASSUNTOS

23.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

Como em 2020, o primeiro semestre de 2021 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o Conglomerado BNP Paribas foi capaz de manter todos os serviços à disposição dos seus clientes, mesmo com uma demanda que se mostrou até acima da média em alguns momentos. A área de Risco do Conglomerado BNP Paribas revisou exaustivamente as carteiras de crédito onde podemos destacar o seguinte:

- *Clientes Corporativos e Institucionais*: não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia, sendo que, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não foram decorrentes de impactos do Covid-19.
- *Crédito Consignado*: não houve grandes impactos na concessão de crédito consignado, onde nosso prazo máximo manteve-se em 84 meses, bem como os tetos de taxa de juros para o empréstimo consignado e cartão de crédito consignado foram mantidos em 1,80% e 2,70%, respectivamente. Além disso, o tributo sobre operações financeiras (IOF), temporariamente suspenso em 2020 foi reestabelecido.
- *Cartão de Crédito e CDC*: houve aumento no volume em relação ao primeiro semestre de 2020 atribuído ao aquecimento da atividade econômica, fomentado, principalmente, pelo plano de vacinação e flexibilização de medidas de isolamento. Em relação ao portfólio existente, notamos aumento no volume de renegociação de dívidas nos primeiros meses da pandemia, porém, já observamos redução no volume deste tipo de operação para os patamares menores à pré-pandemia.

Esse monitoramento exaustivo continuará, dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do semestre graças à gestão eficiente dos custos de operação.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança